

Leituras

CALEIDOSCÓPIO

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

Ulrich Beck (2006)

A reflexão sobre o estado do mundo nos nossos dias permite que muitos autores concluam que o projecto da modernidade se encontra inacabado. A procura de respostas para os vários desafios resultantes desta situação tem vindo a convocar o aparecimento de propostas de interpretação e de intervenção sobre a realidade diferentes das que conhecemos até agora.

É nesta linha de pensamento que Beck nos propõe a óptica cosmopolítica (2006: 22).

O mundo da óptica cosmopolítica é interpretado como uma realidade transparente, no qual as diferenças, as oposições e as fronteiras devem ser olhadas segundo o princípio de que os outros são, na sua essência, idênticos a nós. Deste modo, poder-se-á entender a óptica cosmopolítica como uma abordagem apta a compreender as ambivalências que nos são colocadas pelas distinções e contradições culturais que caracterizam o nosso tempo.

Beck reconhece que a óptica cosmopolítica não constitui uma proposta inteiramente nova, uma vez que outros autores já a haviam abordado. Alexis de Tocqueville, na sua reflexão sobre a América democrática, já havia constatado a possibilidade de pessoas com diferentes proveniências poderem pensar e sentir da mesma forma ou, por outras palavras, de um homem poder perceber as sensações vividas pelo «outro». Também autores tão diversos como Adam Smith, John Dewey, Kant, Goethe, Humboldt, Marx ou Simmel, são referidos por Beck como precursores do ideal cosmopolítico, já que todos conceberam a

Lurdes Macedo

Universidade Lusófona do Porto
 Centro de Estudos Comunicação e Sociedade
 – Universidade do Minho
 Escola Superior de Educação do Instituto
 Politécnico de Viseu

LURDES MACEDO

modernidade como um tempo de transformação dos sistemas sociais: da comunidade fechada sobre si mesma passar-se-ia a uma lógica de sociedades interdependentes, capazes de se organizar segundo os princípios do Estado. Esta abertura universal era já vista por esses autores como possível e desejável (2006: 21-25).

Todavia, a perspectiva clássica das ciências sociais criou um quadro interpretativo da realidade baseado na diferenciação da Humanidade em categorias como a religião, a etnia, a classe ou a nação. No entendimento de Beck, este tipo de distinção constitui-se como empiricamente falso e desadequado ao mundo em que vivemos, uma vez que a compreensão do “outro” deixou de se submeter ao esquema dicotómico amigo / inimigo. Como exemplo, o autor refere os protestos contra a guerra no Iraque e contra o sofrimento do povo iraquiano que se observaram a nível mundial. Fruto daquilo a que o autor chama a “globalização das emoções”, o nosso tempo compreende hoje uma “empatia cosmopolítica” (2006: 17-18).

Com o objectivo de propor novos instrumentos para a interpretação da realidade, o autor apresenta cinco princípios articulados entre si, pretendendo que os mesmos se oponham à velha lógica de distinção de seres humanos a partir de categorias segregacionistas.

Assim, o princípio da experiência da crise da sociedade mundial defende que os riscos e as crises globais – como as desordens do ambiente ou o terrorismo – resultaram no sentimento de um destino civilizacional comum. Esta interdependência permite a abolição das fronteiras tradicionais entre o interior e o exterior, entre o nacional e o internacional e entre “nós” e os “outros”.

Este sentimento coexiste com o princípio do reconhecimento das diferenças no seio da comunidade mundial, que nos relembra o carácter conflitual da mesma, ao mesmo tempo que coloca a possibilidade de as diferenças se poderem reduzir à simples curiosidade pelo “outro”.

O princípio da empatia cosmopolítica vem reforçar a importância do respeito pelas diferenças num mundo em que somos cada vez mais semelhantes, ao enunciar a possibilidade de nos colocarmos na situação dos “outros” para melhor os perceber. Esta mudança de perspectiva resulta num intercâmbio virtual entendido como uma oportunidade por uns e como uma ameaça por outros.

Daí a formulação do princípio da inviabilidade de uma sociedade mundial sem fronteiras, que defende a necessidade de retraçar novas fronteiras mais adequadas à ordem social actual.

Por fim, o princípio da mistura surge da constatação de que diversas culturas e tradições se vão associando e misturando, o que resulta na interacção entre provincianismo e cosmopolitismo. Na visão do autor, estes princípios devem ser entendidos de forma empírica e sociológica, com o fim de que as suas contradições interiores e as suas concretizações possam ser colocadas em evidência (2006: 20-21).

Ao enunciar estes cinco princípios, Beck procura propor um novo entendimento do mundo que nos permita sobreviver ao processo de “cosmopolitização real” a que assistimos na actualidade. A óptica cosmopolítica surge, então, como resultado das transformações em curso na sociedade mundial e, ao mesmo tempo, como antecipação de um mundo possível.

Para a compreensão da sua proposta, o autor considera pertinente distinguir o processo de globalização do processo de cosmopolitização. Enquanto a primeira é entendida como um

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

mercado mundial desregulamentado – ou seja, sob uma perspectiva unidimensional –, a segunda deve ser compreendida à luz da multiplicação de modos de vida transnacionais, numa perspectiva multidimensional. Assim, a crença neoliberal nas vantagens da livre circulação de capitais, produtos e pessoas, que dá forma à globalização, não deve ser confundida com a aparição de diversas militâncias e activismos (direitos do Homem, direitos do trabalhador, protecção do ambiente, etc.) que dão uma crescente notoriedade a actores políticos não governamentais, à escala mundial. Com esta distinção, o autor pretende garantir que a cosmopolitização não seja encarada como uma forma de rebaptizar a globalização (2006: 23-24).

A compreensão da óptica cosmopolítica passa pela análise do pensamento de Beck ao longo de três etapas (pp.38-39). Numa primeira etapa, o autor distingue diferentes conceitos ligados ao cosmopolitismo, de forma a clarificar a sua visão sobre este fenómeno. Na sua segunda etapa da reflexão, Beck procura resolver a contradição entre “nacionalismo metodológico” e cosmopolitização real. Por fim, o autor propõe uma “nova gramática” para a compreensão do mundo actual, que consiste no programa teórico e de investigação para uma “ciência social cosmopolítica”.

Na primeira etapa de reflexão, Beck começa por distinguir cosmopolitismo filosófico, ou seja, o cosmopolitismo tomado como ideal de forma consciente, de cosmopolitismo sociológico, aqui entendido como o cosmopolitismo que emerge das consequências de outros fenómenos sociais. Este não surge, ao contrário do entendimento constante na sua dimensão filosófica, de uma escolha voluntária e planeada. Aqueles que procuram escapar à perseguição, à miséria ou à guerra – refugiando-se em países mais pacíficos e prósperos – são “estrangeiros”, não porque tenham escolhido esta condição, mas antes por força de circunstâncias históricas nas quais se viram envolvidos. O cosmopolitismo sociológico é, assim, vivido sem que os seus protagonistas o saibam ou desejem conscientemente (2006: 40-42).

Outra distinção importante é aquela que esclarece a diferença entre cosmopolitismo e cosmopolitização. O primeiro, no entendimento de Beck, tem uma dimensão activa, configurando-se como uma missão orientada para a organização do mundo. Por seu lado, a cosmopolitização assume uma dimensão mais passiva, tratando-se de um fenómeno incontroável que se vai impondo à nossa existência (2006: 43).

Esta cosmopolitização não pode ser confundida com a óptica cosmopolítica. Em todos os tempos da História existiram invasões, conquistas, migrações, escravatura, colonização, guerras e perseguições. Deste modo, a mistura de povos com diferentes culturas não constitui uma novidade do tempo moderno. A cosmopolitização – como “mistura” imposta – configura uma constante no percurso da Humanidade, mesmo quando considerada num passado mais remoto. A óptica cosmopolítica vai mais longe, dando conta de uma consciência que reconhece os movimentos globais de emancipação das minorias. É esta reflexividade social que, segundo o autor, faz da óptica cosmopolítica um conceito chave na actualidade (2006: 45).

Para Beck, há ainda que clarificar a distinção entre a cosmopolitização e o cosmopolitismo institucional. A cosmopolitização advém do reconhecimento da interdependência entre seres

LURDES MACEDO

humanos que habitam diferentes pontos do globo, nomeadamente ao nível dos riscos civilizacionais que se afiguram cada vez mais presentes nas suas vidas quotidianas. Esta interdependência, quer seja no plano da ecologia, da economia ou do terrorismo, levanta um debate entre nações sobre as suas causas e os seus responsáveis, o que favorece a emergência do cosmopolitismo institucional. Esta forma de cosmopolitismo fica aquém da óptica cosmopolítica, que entende estes riscos como consequências dos actos praticados pela nossa civilização e dificilmente imputáveis a alguma nação ou alguma pessoa em particular. Assim, a dicotomia entre “bons” e “maus” deixa de fazer sentido: as boas intenções dos países desenvolvidos devem ser colocadas em causa quando, por exemplo, pedem aos países pobres que protejam a floresta tropical e, ao mesmo tempo, reivindicam para si a maior parcela dos recursos energéticos disponíveis. Este conflito de interesses pode até levar-nos a pensar que é impossível uma qualquer forma de socialização mundial. Mas trata-se, segundo o autor, de uma visão distorcida que a óptica cosmopolítica pretende combater. Estes conflitos possuem uma função integradora porque demonstram que a sua resolução só pode passar por soluções cosmopolíticas. A interdependência cosmopolítica não se manifesta, assim, sob a forma de amor universal, mas antes na cooperação que resulta da urgência de resolução dos riscos globais (2006: 46-48).

Para concluir a primeira etapa da sua reflexão, Beck apresenta-nos aquela que, porventura, será a mais pertinente de todas as distinções: aquela que opõe o cosmopolitismo emancipatório ao cosmopolitismo déspota. O autor entende que, para se esboçar uma ética cosmopolítica, dever-se-ão investigar os abusos de poder aos quais o cosmopolitismo aparentemente bem intencionado abre caminho. O século XX provou que as ideologias falharam redondamente e que não existe um conceito absoluto de bem ou de mal. O cosmopolitismo não se pode constituir como uma ideologia, sob pena de se tornar num instrumento de despotismo como outro qualquer. Pelo contrário, deve abrir-se aos sonhos e aos pesadelos, ao bem-estar e à catástrofe, bem como a todos os outros dilemas que se colocam à existência e ao viver social. A auto-crítica ideológica constitui-se, deste modo, como o critério que distingue a versão emancipatória da versão déspota do cosmopolitismo (2006: 90-91).

O autor avança para a segunda etapa da sua reflexão, lembrando-nos que o desmembramento do Bloco de Leste provou que as nações podem ser reduzidas a pó num curto espaço de tempo. Baseando-se neste facto histórico, Beck admite que a óptica cosmopolítica deita por terra essa categoria sob a qual a modernidade organizou as diferentes sociedades: o Estado-nação. O autor denomina a crença em sociedades organizadas por uma delimitação territorial de “óptica nacional”. Quando esta determina o posicionamento dos cientistas sociais nas suas observações, Beck identifica o “nacionalismo metodológico”.

O percurso da Sociologia, enquanto ciência, coincide com o desenvolvimento do Estado-nação e do sistema de política internacional. Desta coincidência sobressai o entendimento de que as sociedades organizadas sob a forma de Estado-nação são “naturais” no mundo moderno. Estes axiomas do “nacionalismo metodológico” tendem a desfazer-se num mundo caracterizado por problemas cuja origem se encontra no progresso da civilização ocidental. A crise ambiental,

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

a globalização económica ou o terrorismo à escala planetária não podem ser compreendidos a partir da “óptica nacional” dos seus protagonistas, nem do “nacionalismo metodológico” dos cientistas que os observam e estudam (2006: 51-52).

É deste modo que a cosmopolitização real aponta para a necessidade de um novo instrumento analítico que nos permita entender o mundo em que vivemos: a óptica cosmopolítica. Todavia, esta, para nos ser verdadeiramente útil, não se pode reduzir a um conjunto de conceitos ou a uma oposição fundamentada ao “nacionalismo metodológico”.

Estas são as razões que conduzem Beck ao edifício teórico e ao programa de investigação que permitem o advento de uma “ciência social cosmopolítica”. Na visão do autor, a cosmopolitização deve ser vista como um processo não-linear e dialéctico, no qual o universal e o contextual, o semelhante e o diferente, o global e local são apreendidos não como polaridades culturais, mas antes como princípios estritamente ligados entre si (2006: 144). A interdependência global tem vindo a transformar as sociedades nacionais, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista social. A cosmopolitização manifesta-se, assim, como um fenómeno interior e interiorizado, uma vez que emerge do coração das sociedades nacionais. Esta ideia está na base das três teses que dão corpo à óptica cosmopolítica proposta por Beck (2006: 145-147):

1. A cosmopolitização transfigura as estruturas sociais em realidades cosmopolíticas. A interdependência, cada vez mais observável, revela uma civilização que se colocou a si mesma em risco, transcendendo a lógica de Estado nacional e instalando-se definitivamente na nossa forma de pensar e de sentir o mundo.
2. A cosmopolitização das sociedades nacionais é um processo a longo prazo com características irreversíveis. Esta irreversibilidade manifesta-se não só através de transformações que se observam, mas, sobretudo, através da nova dialéctica dos perigos globais. Por isso mesmo, o planeta em perigo passou a significar um mundo único. O facto de as tragédias do nosso tempo terem assumido uma dimensão global faz surgir no horizonte a experiência cosmopolítica, deitando por terra o imaginário dominado pelas estruturas nacionais. Assim sendo, a tomada de consciência de que as responsabilidades nacionais estão ligadas entre si – facto que os atentados de 11 de Setembro de 2001 vieram confirmar – não se compadece mais com a manutenção de uma visão nacional dos problemas que nos afectam.
3. A cosmopolitização da realidade entra, cada vez mais, em contradição com as categorias de compreensão que nos foram legadas pela perspectiva nacional. Somos assim confrontados, neste início do século XXI, com uma ambivalência e com uma dialéctica ainda muito incertas: a cosmopolitização faz surgir movimentos anti-cosmopolitização que procuram salvar as categorias nacionais, recorrendo aos instrumentos tecnológicos e ao conceito de diversidade cultural característicos da globalização. Deste modo, verificam-se dois movimentos contraditórios que resultam e, ao mesmo tempo, contribuem para uma cosmopolitização que não dá sinais de abrandamento. A cosmopolitização cria uma consciência ambivalente e a consciência ambivalente faz avançar a cosmopolitização.

LURDES MACEDO

A observação destas novas realidades implica, então, a concepção de novos instrumentos metodológicos com os quais os cientistas sociais possam analisar o mundo cosmopolítico. Beck admite que a introdução destes novos instrumentos não será fácil, uma vez que as ciências sociais são um empreendimento no qual está envolvida toda uma comunidade de investigadores, de todos os lugares do mundo. Substituir o “nacionalismo metodológico” pelo “cosmopolitismo metodológico” não é, segundo o autor, tarefa que se faça de um dia para o outro. Então, por onde começar? Como responder de forma metódica às questões que nos são colocadas pela cosmopolitização da realidade (2006: 149-150)?

A análise da cosmopolitização deve, no entendimento de Beck, obedecer ao cruzamento de duas dimensões: a dimensão espacial e a dimensão temporal. A primeira já se encontra suficientemente bem estudada, motivo pelo qual o autor avança com a sua proposta: a observação das relações nacionais/nacionais deve dar lugar ao estudo de um leque mais diversificado de relações, no quadro da cosmopolitização real. Assim, o “cosmopolitismo metodológico” propõe-se observar relações translocais, locais/globais, transnacionais, nacionais/globais e globais/globais (2006: 151-153).

Por seu lado, a dimensão temporal, que nos coloca numa perspectiva histórica, contém em si muitas questões ainda por esclarecer. Beck lança essas questões, esperando obter algumas das respostas: como é que a responsabilidade social e política pelo estado do mundo se pode repartir historicamente entre o passado, o presente e o futuro? Em que medida as decisões agora tomadas no domínio da política tecnológica influenciarão as condições de vida das próximas gerações? Como conceptualizar a cosmopolitização da sociedade na sua dimensão temporal (2006: 154-155)?

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que não existe uma memória global de um passado global. Mas hoje a experiência das crises e dos riscos planetários faz com que, em todo o mundo, as pessoas partilhem um presente e um futuro colectivos. Este fenómeno deve-se à confrontação da sociedade cosmopolítica consigo mesma, opondo-se à lógica da memória nacional da História. A integração da sociedade cosmopolítica no plano temporal deve, então, obedecer a duas premissas fundamentais. A primeira prende-se com o facto de a civilização ocidental ter tomado consciência de que as suas acções no presente configuram as ameaças do futuro. A segunda apela à imaginação de um passado partilhado, no sentido de se concretizar a dialéctica da recordação e do perdão. Estas premissas permitem analisar o tempo de uma forma conceptualmente diferente: o passado deve ser entendido, por exemplo, à luz do binómio heróico/pós-heróico e o futuro antevisto sob o ideal do progresso ou o princípio da incerteza. Mas, na opinião do autor, esta dimensão temporal ficaria incompleta sem uma clara distinção entre consciência e acção. A consciência global de um futuro colectivamente partilhado encontra-se desprovida de planos de acção, o que revela uma contradição a resolver urgentemente (2006: 155-156).

Rejeitando a “americanização global” do mundo, enquanto possível plano de acção fundado numa modernidade de sentido único, a óptica cosmopolítica defende a pluralidade de modernidades que ainda é possível construir. A universalização do modelo particular *american way of*

QU'EST-CE LE COSMOPOLITISME?

life, que a *Pax* americana procura impor ao mundo inteiro, não é mais do que a extrapolação dos interesses nacionais dos Estados Unidos confundidos, entretanto, com os interesses do planeta (2006: 306-307; 312). A nação cosmopolítica não encontra nos Estados Unidos um digno representante, apesar de todas as suas etnias, religiões e culturas. O multiculturalismo – fórmula encontrada para gerir a diversidade de modos de vida característica da América moderna – presuppõe a abolição das diferenças entre os cidadãos. O cosmopolitismo, pelo contrário, preserva essas diferenças, garantindo a tolerância e o respeito pelas mesmas (2006: 341-342).

O espírito da *Cosmopolitan Critical Theory* compreende esta nova gramática do social e do político, inaugurando um tempo denominado por Beck de segunda modernidade. Mas só quando a realidade se tornar, de facto, cosmopolítica – o que possibilitará a tomada de consciência e a reflexão pública sobre as desigualdades e as injustiças sociais – é que esta nova ordem poderá encontrar instrumentos para a sua intervenção (2006: 300; 315).

Bibliografia

BECK, Ulrich (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.